

LGBTFOBIA MUSEOLÓGICA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS ESTRATÉGIAS SIMBÓLICAS UTILIZADAS NOS MUSEUS PARA INVISIBILIZAR PESSOAS LGBT

Tony Boita¹

Programa de Pós-Graduação em Comunicação,
Universidade Federal de Goiás (UFG)

RESUMO: O presente artigo apresentará os mecanismos da LGBTfobia museológica. Pretende-se refletir sobre o papel dos museus frente à invisibilização das memórias de pessoas LGBT. Inicialmente serão apresentadas duas cenas etnográficas sobre a diversidade nos museus. Posteriormente pretendo apresentar um panorama sobre a LGBTfobia brasileira e como esse tipo de intolerância pode ser verificado em ambientes museais. Ao final, serão apresentadas estratégias utilizadas por museus convencionais para a superação de fobias e a positivação das memórias LGBT.

PALAVRAS-CHAVE: LGBT. Museus. Fobia. Acervos.

LGBTPHOBIA MUSEOLOGICAL: SOME REFLECTIONS ON STRATEGIES SYMBOLS USED IN MUSEUMS TO INVISIBILIZE LGBT PEOPLE

ABSTRACT: *This article will present the mechanisms of museological LGBT phobia. It is intended to reflect on the role of museums in the face of the invisibility of the memories of LGBT people. Initially, two ethnographic scenes about diversity in museums will be presented. Later I intend to present an overview of Brazilian LGBTphobia and how it works in the museum. At the end, strategies used by conventional museums to overcome phobias and positivize LGBT memories will be presented*

KEYWORDS: *LGBT. Museums. Phobia. Collections.*

¹ Doutorando em Comunicação (UFG), Mestre em Antropologia Social (UFG), Especialista em Gestão Cultural (SENAC) e Graduado em Museologia. É Museólogo e atualmente dirige o Museu das Bandeiras, o Museu de Arte Sacra da Boa Morte e o Museu Casa da Princesa. Email: tonyboita@hotmail.com

LGBTFOBIA MUSEOLÓGICA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS ESTRATÉGIAS SIMBÓLICAS UTILIZADAS NOS MUSEUS PARA INVISIBILIZAR PESSOAS LGBT.

Cena I

Era sábado, por volta de 14 horas, fazia calor em uma cidade qualquer. Um grande museu de História recebia em seus espaços duas mulheres travestis negras. Elas estavam lindas, maquiadas e bem produzidas, afinal era a primeira vez que iriam a um museu. Uma delas fazia mestrado, e a outra cursava a graduação em Museologia. Uma usava um cabelo *black* e a outra tinha cabelos curtos.

Na entrada, os olhos dos trabalhadores já as julgavam, alguns cochicharam, outros fizeram piadas, um outro segurava o riso e o outro cuspiu. Em pouco tempo, todos já estavam na porta para olhá-las. Com uma voz irônica, o recepcionista recebeu-as:

- Bem vindos ao Museu de História, como posso ajudar?
- Gostaríamos de visitar o museu, como funciona?
- Como qualquer museu, pelo visto vocês nunca visitaram um.
- Sempre tem a primeira vez, ainda mais para uma estudante de Museologia.

O recepcionista calou-se, mas em seguida continuou.

- Esse é aquele curso que só viado faz, né? - E soltou uma risada juntamente com os demais curiosos.

- Não, também tem travesti e sapatão. Por favor, onde é a entrada?

- Ali - apontou o homem.

Elas seguiram. Já conheciam a realidade brasileira e aquilo não era nada perto de correr da morte, de receber um não no mercado de trabalho por ser travesti ou, ainda, nada pior do que ser chamada pelo nome de nascimento e tornar-se chacota na universidade pelo professor.

Seguiram. Junto a elas, dois seguranças que alisam freneticamente suas armas em uma tentativa de intimidá-las.

Para cada peça, dedicavam todo o tempo do mundo, riam, conversavam e ignoravam o ambiente externo. Liam as legendas com atenção, refletiam sobre as cadeiras, as louças e os objetos arqueológicos. Questionavam como as travestis na década de 40, 50 e 60 viviam.

O Museu já ia fechar e, de forma muito agressiva, foram convidadas a sair.

Cena II

Estávamos em uma reserva técnica higienizando parte do acervo. Eram dois estagiários, um museólogo documentalista e um conservador.

Havia uma estante de metal, grande, daquelas de correr, que possuía oito divisórias. Nas prateleiras havia objetos do cotidiano, louça, faca, taças, talheres. Eram de ouro, prata, bronze, vindas de diversos cantos do mundo.

Lá embaixo, na última divisória, havia alguns objetos danificados, feios e quebrados, mas um chamava a atenção do estagiário: era uma cena homoerótica, na qual dois homens nus reproduziam uma cena de amor e sexo. Curioso, o estudante perguntou:

- Olha, documentalista, que peça interessante! Temos mais informações sobre ela?

- Cruz-credo! Deixa isso quieto. Isso não foi jogado fora ainda por quê?

O outro estagiário rapidamente respondeu:

- Porque precisamos ter uma política de descarte, não é mesmo?

Os profissionais do museu olharam-se com desaprovação. Retiraram a peça das mãos deles, e a conservadora explicou:

- Não podemos preservar tudo, temos que selecionar. Vejam essa pouca vergonha, faz algum sentido em tê-la nesse museu? Como mostrar isso para as crianças, para os visitantes? Museu não é lugar de sexo. Não tenho nada contra, mas não podemos ir contra a normalidade.

O discente fez-se de rogado e, de forma maliciosa, perguntou:

- Mas o museu não está a serviço da sociedade?

A documentalista rapidamente disse:

- Sim, da sociedade, e não da minoria!

Introdução

A partir das narrativas apresentadas, este artigo pretende apresentar e refletir sobre a homolesbotransfobia nos museus, buscando-se aproximar essa reflexão dos dados estatísticos acerca dessas violências. Em seguida, refletiremos sobre o papel e sobre as estratégias de alguns museus para a superação de fobias a travestis, transexuais, lésbicas, gays, bissexuais e outras sexualidades não normativas. Destaco que utilizarei alguns trechos publicados em minha dissertação defendida em 2018 durante o mestrado em Antropologia na Universidade de Goiás, orientado pela professora Dra. Camila Moraes Wichers.

As cenas apresentadas remetem a um problema crucial nos museus brasileiros: a homolesbotransfobia museológica, muitas vezes disfarçada de procedimentos técnicos, de burocracias institucionais ou de conceitos acadêmicos. Não podemos esquecer que, infelizmente, a sociedade brasileira é contaminada pelo racismo, pelo machismo, pela homolesbotransfobia e por tantas outras fobias, e os profissionais dos museus não estão vacinados contra isso. Aprendemos a sermos preconceituosos, mas continuar sendo assim ainda é uma escolha!

Também precisamos destacar que as práticas museológicas e patrimoniais/patriarcais foram produzidas em contextos fóbicos, nos quais alguns grupos foram silenciados e exilados. De fato, esse olhar cultural contaminado de fobias da diversidade inviabiliza diversos grupos, entre eles a população LGBT. Essas fobias técnicas estão presentes em todos os setores do museu: pesquisa, documentação, conservação, ação educativa, expografia, comunicação e até mesmo na gestão. De fato, os museus, mesmo sendo criados há séculos, ainda reproduzem formas preconceituosas e permanecem invisibilizando a diferença e a diversidade.

Chamo de homolesbotransfobia museológica todo e qualquer procedimento da cadeia operatória que é utilizado como argumento para invisibilizar e/ou ignorar as pessoas LGBT, priorizando, escondendo ou até estimulando a desinformação ou a deterioração dos bens culturais museológicos. Em resumo, ao estimular a invisibilização, os museus incentivam a homolesbotransfobia. Ignorar um objeto pertencente a esse grupo é negar o direito às memórias da população LGBT, tão humilhada e maltratada pela sociedade e pelo Estado.

Utilizo a sigla LGBT para falar de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, além das diversas sexualidades não normativas e/ou dissidentes, inclusive o termo *queer*. Opto por essa nomenclatura para respeitar a definição do Plano Nacional LGBT (2009), que, inclusive, previu ações voltadas para a preservação de acervos e da memória LGBT. Segundo o documento (BRASIL, 2009, p.23), deve-se

apoiar, por meio dos mecanismos instituídos pela Lei 8.313/91 – Lei Federal de Incentivo à Cultura, projetos culturais que tratam da temática LGBT, a realização de

estudos sobre a temática LGBT, a preservação do acervo que compõe a memória cultural LGBT, a criação de espaços culturais LGBT e eventos de visibilidade massiva de afirmação de orientação sexual, identidade de gênero e de uma cultura de paz, com vistas a promover e socializar o conhecimento sobre o tema LGBT.

Existe homolebotransfobia no Brasil?

Sim, existe! Ela é violenta, humilhante e assassina. Segundo Jean Baptista, não basta só matar, mas é necessário humilhar, expor em público, desfilar como um troféu, arrancar as genitálias e/ou degolar. Como exemplo podemos citar o terrível caso da travesti Dandara, espancada até a morte e carregada em um carrinho de mão, tudo isso filmado pelos algozes que davam gargalhadas. Para Baptista, esse e outros casos remontam a crueldade da Idade Média. Não há dúvidas de que o Brasil é um dos países que mais mata pessoas LGBT do mundo, mesmo tendo legislações protetivas. Suas mortes são cruéis, violentas e humilhantes. Nesse país não basta matar, há uma necessidade de expor e divulgar as mortes.

Comparada aos 71 países que criminalizam pessoas LGBT, a realidade brasileira é positiva, mas não é a ideal. Fazendo-se uma breve análise de dados, podemos ser surpreendidos ou, no mínimo, ficarmos intrigados conforme o que é apontado em meu trabalho monográfico produzido em 2014 e revisto em 2018 durante o mestrado. Em 2011 a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) publicou o primeiro relatório de violência homofóbica no Brasil e, em 2012, o último, utilizando duas metodologias: a primeira delas são denúncias realizadas no Disque 100, e a segunda utiliza dados hemerográficos. Os dados apontam que as pessoas dessa comunidade majoritariamente são mortas de forma brutal antes dos 29 anos (61,47%), normalmente espancadas, apedrejadas, degoladas, incineradas por seus familiares ou vizinhos e, em sua maioria, são pessoas negras (40,55%) (Boita, 2014).

Conforme dissertei no mestrado (BOITA, 2018), em 2013, 40% das mortes do mundo ocorreram aqui, segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB) (GGB, 2013, p. 01), tornando o Brasil um dos países mais violentos do mundo. Em 2017, conforme aponta o GGB, foram assassinadas 445 pessoas LGBT, ou seja, uma a cada dezenove horas. Além disso, partindo deste período até outubro de 2018 já haviam sido assassinadas 346 pessoas a mais. Ressalta-se que nesta análise não foram incluídas as pessoas mortas por diversos erros médicos, muito comuns em pacientes soropositivos, assim como não foram incluídas as pessoas LGBT que se suicidaram.

Segundo o *Dossiê Lesbocídio - As histórias que ninguém conta* ((PERES; SOARES; DIAS, 2018)², que mapeou a violência contra mulheres lésbicas de 2014 a 2017, a violência contra as mulheres lésbicas passa despercebida. Além de não serem "tratadas com a seriedade necessária, o direito das vítimas por justiça e por memória que lhes é negado" (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p.18-19). É importante

² A pesquisa foi desenvolvida pelo Núcleo de Inclusão e do Nós: Dissidências feministas da UFRJ.

destacar que diferentemente do feminicídio, o lesbocídio "são hegemonicamente tentativas de extermínio, catalogadas como crimes de ódio e motivadas por preconceito" (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p.19). Segundo as autoras, o feminicídio é caracterizado como a "violência letal cometida contra as mulheres em função de preconceitos de gênero" (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p.16), enquanto o lesbocídio é entendido como (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p.19)

forma de advertir contra a negligência e o preconceito da sociedade brasileira para com a condição lésbica, em seus diversos âmbitos, e as consequências, muitas irremediáveis, advindas do preconceito, em especial a morte das lésbicas por motivações de preconceito contra elas, ou seja, a lesbofobia. Assim, definimos lesbocídio como morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica.

Destaca-se que os poucos dados existentes são produzidos pelo movimento social, uma vez que o Estado só realizou pesquisas em 2011 e 2012, como vimos anteriormente. Segundo essas estatísticas, pode-se fazer as seguintes constatações:

- Só no primeiro semestre de 2020 a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) já registrou 89 assassinatos;
- Em 2019, a cada 26 horas, 1 pessoa LGBT foi assassinada, totalizando 329 mortes, segundo o Grupo Gay da Bahia;
- No ano de 2017, 41% dos assassinatos a pessoas transexuais e travestis ocorreram no Brasil, segundo a Associação Nacional de Pessoas Travestis e Transexuais (ANTRA);
- Em 2018, 47% das mortes ocorreram no Brasil, segundo a Transgender Europa;
- De 2011 a 2018, ocorreram mais de 2700 assassinatos a pessoas LGBT no Brasil, cerca de 1 morte a cada 28 horas, segundo a Transgender Europa.

De fato, até a violência é um registro importante para os museus e espaços de memória. Segundo Jean Baptista³, a salvaguarda das memórias da violência contra LGBT são fatos importantes e que devem ser preservados, afinal, a comunidade purpurinada ou do *pink money* é exclusiva aos gays brancos de grandes centros urbanos, fora isso, o que resta é a sobrevivência.

Ainda que exista uma legislação potente, no Brasil isso é insuficiente quando o assunto é a violência contra as pessoas LGBT. Além disso, o que nutre esse fato é a cultura fóbica e cristã, a qual ainda vê as relações homoesbotrans afetivas como pecado, perspectiva que estimula o ódio e o

³ Proferido durante palestra no dia 25 de junho de 2020 realizado através do projeto #MusaTemas da Universidade Lusófona.

preconceito. Desse modo, os museus, a cultura e a educação são fundamentais para a mudança estrutural deste processo.

E os museus, o que têm a ver com isso?

No Brasil, existem mais de 3.000 (três mil) museus e menos de 1% desses desenvolvem ou já desenvolveram alguma ação voltada para a comunidade LGBT nos últimos 10 anos. Ao todo, identifiquei 46 instituições museológicas em território brasileiro que desenvolvem ações destinadas a essa comunidade. Além disso, há, no Brasil, três museus exclusivos para a comunidade LGBT: o Museu da Diversidade, em São Paulo, e o Instituto de Arte e Cultura LGBT em Brasília, além do Museu da Sexualidade, o qual mantém suas portas fechadas.

Além disso, prosperam diversas iniciativas comunitárias como a CasAmor, o Ponto de Memória LGBT, a Casa 1 com o Acervo Bajubá, o Grupo Arco-íris, no Rio de Janeiro, o Grupo Dignidade, em Curitiba, o Centro de Estudos, Pesquisas e Memória Cintura Fina, em Belo Horizonte, o Grupo Somos e o Nuances, em Porto Alegre, e a Revista Memória LGBT. Além disso, está consolidada desde 2013 a Rede LGBT de Memória e Museologia Social, que vem realizando um profundo diálogo com os museus e em 2020 promoverá seu segundo seminário, dedicando-se ao debate LGBT e feminista.

Distante das fobias, alguns museus convencionais destacam-se ao desenvolverem uma Museologia LGBT nestes espaços. Segundo Boita, Baptista e Wíchers (2020, no Prelo),

resumidamente, o que chamamos de Museologia LGBT é um conjunto de concepções e práticas realizadas por pessoas que pertencem aos extratos populares dissidentes da matriz heterossexual latino-americana, interessada na salvaguarda dos patrimônios de suas comunidades sem se desconectar do campo da política pública e, conseqüentemente, da superação da realidade opressora a que nossos corpos minoritários são cotidianamente submetidos pelas elites brancas e detentoras das riquezas nacionais.

Nestas instituições, as memórias LGBT são fluidas, incluídas e atuam de forma séria e comprometida em busca da superação das fobias às sexualidades não normativas. Nestes museus, “(...) todos os que trabalham na interpretação do patrimônio certamente compartilham a responsabilidade de apresentar a história com precisão e de contribuir para criar um mundo mais tolerante, atencioso e inclusivo para as gerações futuras.” (FROST, 2016, p. 32).

O Museu das Bandeiras, meu atual local de trabalho, é famoso ao abordar e incluir as pessoas LGBT em seus espaços desde 2012. Mas é somente a partir de agosto de 2018 que a população LGBT é incluída oficialmente em sua missão institucional, bem como em seus programas. A partir de 2019, foram desenvolvidas ações específicas com a equipe da instituição, como o *Seminário Interno do Museu das Bandeiras*, quando foram debatidos temas como gênero e sexualidade em Goiás. O Museu também

apoiou eventos voltados para a visibilidade LGBT, além de distribuir preservativos ao público visitante. Para além da sexualidade, vem incluindo o debate de gênero nos discursos expográficos, questionando a presença e a ausência das mulheres naquele espaço. Desde maio de 2020, a missão do Museu passou a ser,

preservar, pesquisar e comunicar a memória nacional relativa à ocupação na região Centro-Oeste do Brasil, enfatizando as contribuições dos diversos segmentos étnico-sociais presentes neste processo, visando a universalidade do acesso, a sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental, e contribuir para o desenvolvimento do país, por meio da promoção da inclusão social, da igualdade racial e de gênero, da valorização **da diversidade cultural e sexual**; e do respeito aos direitos e à dignidade humana. (grifo nosso)

O Museu Histórico Nacional também vem transformando-se. Em 2019 os núcleos educativo e de pesquisa passaram a potencializar a diversidade na instituição, abrindo-se para a população LGBT. Entre as ações estão o diálogo com a equipe, o respeito ao nome social, o uso de palavras neutras e a realização de ações educativas evocando grandes personalidades LGBT que ali trabalharam, como é o caso do Clóvis Bornay. Além disso, a instituição realiza debates, eventos e atividades que refletem sobre a presença desse grupo no Museu.

O núcleo de Museologia do Museu Victor Meirelles, preocupado em refletir sobre o seu acervo e sobre as lacunas que existem, passou a buscar estratégias. Uma das mais significativas foi o evento *IV Seminário de Política de Acervos – Memórias e Patrimônios LGBT*, que originou esta publicação reunindo algumas das pessoas que participaram da atividade. Destaca-se que a instituição vem realizando pesquisas e estimulando ações em parceria com a comunidade LGBT. Sem dúvida, o resultado é frutífero e pode ser visto agora por todos. É louvável a coragem dessa equipe em fazer um evento acompanhado de uma publicação, e essa atitude demonstra que são raros os profissionais dispostos a lutar pelo que acreditam.

Em 2016, o Museu da República, sob a curadoria de Mário Chagas, promoveu a exposição *Clóvis Bornay – 100 anos*, narrando a vida e as obras do museólogo e carnavalesco. Ressalta-se que Bornay foi “um funcionário público que trabalhava no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Sua segunda vocação começou a despertar quando competiu no concurso de fantasia do carnaval de 1937” (GREEN, 1999, p.157). Nesta exposição, foi possível conferir uma pequena parte das fantasias e dos acessórios criados por ele, além de documentos pessoais e fotos. Uma exposição simples, que valorizou a memória de uma pessoa assumidamente gay. O Museu da República desenvolveu seis eventos voltados para a temática LGBT⁴. Chamo a atenção para dois deles: a) *XXX Jornada Republicana – Clóvis Bornay – 100 anos Homofobia e Memória LGBT59*, ocorrida em 29 de março de 2016, atividade que contou com duas mesas

⁴ Em 2008 o Museu da República promoveu a exposição *Constituição de 1988: a Voz e a Letra do Cidadão/Cidadania* em que houve um protagonismo da comunidade homossexual carioca (VERSIANI, 2009).

redondas, com uma visita mediada à exposição e com o lançamento da edição *Ser Gay na Favela*, da Revista Memória LGBT; b) *39ª Jornada Republicana – Luz Fora da Caverna: O movimento feminista e a questão LGTTTT nos dias atuais*, ocorrida em agosto de 2017. Entre as convidadas estava Ana Muza Cipriano, que coordenou o projeto Memória LGBT no MUF. Esse é um dos poucos museus federais a refletir sobre a questão LGBT através de exposições e debates.

Outra iniciativa válida é o Centro Cultural do Banco do Brasil do Rio de Janeiro (CCBB), criado em 1989. Em resposta ao questionário da pesquisa, André Luiz Giancontt, do setor de comunicação e administração, afirmou que o CCBB possui um acervo composto por elementos artísticos, históricos e arquivísticos/documentais. Vale notar que mesmo sendo um centro cultural mantido por uma instituição financeira, sua missão permanece sendo a de um banco. A instituição não possui nenhum objeto que possibilite a interpretação da temática LGBT em seu acervo. Em 1997, promoveu a exposição, *Existência do Homoerotismo e Mix Brasil – Festival da Diversidade Sexual*, que ocorreu em 2003 e 2006. Nessa instituição, em 30 de dezembro de 2016, duas mulheres lésbicas foram insultadas e agredidas verbalmente pelo namorado de uma funcionária (terceirizada) do CCBB. Não satisfeito, o jovem rapaz escreveu “FORA LÉSBICA” em um suporte destinado às intervenções do público. Essa é uma das ações fóbicas presentes nos museus e nos espaços de memória convencionais. Como resposta, a instituição demitiu a funcionária envolvida, realizou um boletim de ocorrência, postou uma foto com toda sua equipe e com a frase “#CCBBCONTRAAHOMOFOBIA”. Vale destacar que a instituição foi muito ágil em solucionar a manifestação de ódio e não se calou tal qual fez outra instituição bancária que, em 2017, optou por fechar uma exposição do que enfrentar o ódio. No entanto, quando um grande museu ou centro cultural passa a visibilizar memórias silenciadas, ele, assim como nós, passa a ser perseguido, ameaçado e intimidado.

Em Londres, na Inglaterra, o British Museum, inaugurado em 1753, passou a desenvolver ações de visibilidade sobre a memória LGBTQ a partir de 2000. Segundo Stuart Frost (2016), as coleções e histórias narradas pela instituição invisibilizaram alguns grupos e “algumas narrativas foram omitidas até décadas recentes, e as histórias de amor e desejo do mesmo sexo, e experiência LGBTQ, caem nessa categoria” (FROST, 2016, p. 31).

Segundo Frost, em 1830 formou-se uma coleção restrita ao público, composta por matérias gráficas e objetos representativos da sexualidade humana e erótica. Como resultado das aquisições, em 1860 foi criado o Museum Secretum, que permaneceu tendo acesso restrito. Devido às demandas de empréstimo, em 1953 parte da coleção estava disponível ao público em diversas exposições que nem sempre foram interpretadas da forma correta. Em 1999, o British Museum adquiriu um copo/taça de prata romano, que pertencia a Warren. Nesse objeto evidenciam-se duas cenas homoeróticas. Assim como essa peça, outras começaram a aparecer ou a serem ressignificadas.

Mas é somente em 2006 que o British Museum passa a promover duas iniciativas importantes, a primeira é “uma trilha disponível online de objetos que refletiam perspectivas LGBTQ” (FROST, 2016, p.32), a segunda foi uma pequena exposição com duração de quarenta dias, a *The Warren Cup*, que acompanhou um catálogo do mesmo nome, de autoria de Dyfri Willian. Segundo Frost (2016), “a *Warren Cup* aumentou a conscientização sobre o potencial do museu para abordar as narrativas LGBTQ e foi exibido posteriormente em outras exposições do museu” (FROST, 2016, p.32). Em 2013, é publicado *A Little Gay History – Desire and Diversity across the Word*, que retrata peças da história e da memória da comunidade LGBT presentes no acervo da instituição. Em 2017 o museu passa a organizar exposições temporárias, uma das principais foi a *Desire Love identity: exploring LGBTQ histories*, que ficou aberta ao público de maio a outubro de 2017.

O Victoria + Albert Museum (V&A) foi criado em 1852 em Londres, na Inglaterra, e possui apoio público e privado. Seu acervo é composto por elementos históricos, arquivísticos/documentais, artísticos, biográficos, de sexualidade, gênero e outras sete coleções, a saber: fotografias/imagens; escultura, metal, cerâmica e vidro; tecido e moda; asiático. O V&A possui 323 objetos registrados voltados à temática LGBTQ e mais de 912 peças abordando gênero e sexualidade, além de possuir coleções representativas de pessoas travestis, transexuais, lésbicas, gays, bissexuais, *queer* e intersexuais. O museu também intersecciona seu acervo com as categorias de raça e classe. Ainda não foi produzida uma exposição exclusivamente sobre o tema, mas algumas exposições tiveram o conteúdo LGBTQ exposto.

Uma das principais iniciativas é o LGBTQ Gallery Tour, desenvolvido por voluntários do V&A. Nele é possível, através de um mapa, visualizar os objetos na exposição de longa duração registrados como LGBTQ, gênero ou sexualidade. Existe, ainda, a possibilidade de realizar a trilha com o grupo de trabalho de voluntários responsável pela proposta. Sempre no último sábado de cada mês, às 16 horas, eles saem em grupo visitando o museu. Preocupados com o acesso ao conteúdo por pessoas que não podem participar da visita temática, foi disponibilizado um vídeo de 50 minutos em que é feito o percurso dos objetos significativos para a memória LGBTQ⁵. Também é disponibilizado, no *website* da instituição, o *Out objecton Display - A selection of LGBTQ - related son display in the V&A*. Trata-se de um guia que vem sendo construído desde o seu lançamento, em 2014, e atualizado em 2017 com o objetivo de chamar a atenção para os 50 anos de descriminalização da homossexualidade. Neste guia, mais parecido com um catálogo, encontram-se 30 objetos expostos na exposição de longa duração, sua história e localização. O site foi criado como complemento à LGBTQ Gallery Tour.

Portanto, destaca-se que as sete instituições apresentadas desenvolvem de formas distintas ações de preservação e promoção das memórias LGBT. Cada qual com sua singularidade realiza, de formas corajosas, em diferentes contextos, a inclusão de pessoas LGBT em museus convencionais. Soluções

⁵ Disponível em: Disponível em: www.wam.ac.uk/blog/out-in-the-museum/lgbtq-gallery-tour-view-online

simples, experimentais, mas com um grande efeito para a visibilidade das memórias da população LGBT.

Algumas considerações finais

O presente artigo tentou apontar alguns horizontes e ações possíveis em museus e espaços de memória, que positivam a memória das pessoas travestis, transexuais, transgêneros, lésbicas e gays. Cabe ressaltar que, mesmo com os avanços ultraconservadores, o número de ações que positivam a memória LGBT cresce, afinal promover estas memórias subalternas é um ato de resistência.

Existe, ainda, um despreparo das pessoas que trabalham nos museus ou no patrimônio. Ao que parece, a heteronormatividade domina a cultura material, imaterial e a memória. Há um despreparo das instituições museológicas para abordar o tema, no entanto, capacitações e seminários como são desenvolvidos no Museu das Bandeiras, no Museu Histórico Nacional, no Museu Victor Meirelles e no Museu da República são fundamentais quando há a participação da equipe. Tais ações só irão prosperar se a equipe entender que a comunidade LGBT tem o direito à memória, do contrário, não haverá sucesso. Mas acredito que a educação e a cultura são as melhores formas de superar as fobias.

Há uma série de fobias ocorridas em exposições ou em locais de trabalho, e essas são constantes e corriqueiras. Contudo o Centro Cultural Banco do Brasil dá-nos um bom exemplo de como superá-las, registrando um boletim de ocorrência e denunciado de todas as formas o preconceito. Na ocasião, a atitude da instituição foi certa e mostrou que a lesbofobia pode até existir, mas não se pode compactuar com a homolesbotransfobia institucional. Sim, o Brasil é um país fóxico à diversidade sexual.

Destacam-se os exemplos internacionais que, como os brasileiros, só agora saíram da reserva técnica. Um bom exemplo é o British Museum, um museu convencional, consagrado e mundialmente reconhecido o qual, nesta última década, passou a ressignificar o seu acervo e percebeu o grande número de elementos significantes que narram a história e as memórias de pessoas LGBTQ que estavam escondidas em armários, ou seja, saíram do armário (reserva técnica). De fato, esse é um dos primeiros museus convencionais no mundo a fazer tal inclusão e, conseqüentemente, a fortalecer estes laços da memória e a oportunizar a superação das fobias. Por outro lado, o V&A, preocupado com a diversidade e com o diálogo, vem desenvolvendo alternativas práticas para a difusão, a promoção e a preservação da memória LGBTQ.

Não dá dúvidas de que nas experiências apresentadas em museus convencionais aplicam-se os pilares do que chamo de uma Museologia LGBT. Esta, por sua vez, preocupa-se com o afeto, com a mudança, com a resistência, com a luta política, com as vidas e memórias de viados, lésbicas, sapatões, travestis, transmulheres, transhomens, bissexuais, intersexuais, *queers* e tantas outras sexualidades que são

invisibilizadas e que somente por serem dissidentes perdem automaticamente o direito à memória, à história e conseqüentemente à vida.

Afinal, quando pensamos em acervos LGBT, estamos pensando em vidas, mortes, luto, memórias, histórias e resistências representadas ou objetos expostos?

REFERÊNCIAS

BOITA, Tony Willian. Memória LGBT: Mapeamento e Musealização em Revista. 2014. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Museologia, UFG, Goiânia, 2014. Disponível em: <https://www.cienciassociais.ufg.br/up/106/o/TCC_Tony_Museologia_UFG_2014.pdf>. Acesso em: 01 maio 2016.

_____. Cartografia etnográfica de memórias desobedientes. 2018. 211 f. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, 2018. (Dissertação de Mestrado).

BOITA, Tony; BAPTISTA, Jean; WICHERS, Camila Moraes. Existe uma Museologia LGBT? In: Museologia LGBT: Cartografia das Memórias LGBTQI+ em Acervos, Arquivos, Patrimônios, Monumentos e Museus Transgressores. Rio de Janeiro. 2020. Editora Metanoia. No Prelo.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). 2009.

FROST, Stuart. INTERPRET EUROPE CONFERENCE, 2016, Mechelen. Interpreting sexuality and celebrating difference: a more inclusive future?. Mechelen: Herita, 2016. 38 p.

GREEN, James N. Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Unesp, 1999.

GRUPO GAY DA BAHIA. Assassinato de homossexuais (lgbt) no Brasil: Relatório 2013/2014/2015/2016/2017/2018. Disponível em: <<http://homofobiamata.files.wordpress.com/2014/03/relatc3b3rio-homicidios-2013.pdf>>. Acesso em: 20 oct. 2018.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. 113 p. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossiê-sobre-lesbocídio-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

VERSIANI, Maria Helena. A voz e a letra do cidadão. Rio de Janeiro: Jauá, 2009. 131 p.